



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - CCF

RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2022

SUMÁRIO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	6
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL	9
2.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	11
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	13
2.4 BALANÇO FINANCEIRO	15
2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	16
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	18
4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	23
6.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
6.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO	24
6.3 ESTOQUES	25
6.4 VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	25
6.5 CRÉDITOS A LONGO PRAZO	25
6.6 IMOBILIZADO	26
6.6.1 <i>Bens Móveis</i>	26
6.6.2 <i>Bens Imóveis</i>	27
6.6.3 <i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado</i>	30
6.7 INTANGÍVEL	31
6.7.1 <i>Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment</i>	32
6.7.2 <i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível</i>	32
6.8 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	32
6.9 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	33
6.10 DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	34
6.11 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	35
6.12 AJUSTE PARA PERDAS - VALORES A RECEBER	36
6.13 AJUSTES PARA PERDAS - ESTOQUES	37
6.14 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38
7 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	38
7.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	38
7.2 EXECUÇÃO DAS RECEITAS	39
7.2.1 <i>Receitas Correntes</i>	39
7.2.2 <i>Receitas de Capital</i>	40
7.3 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	40
7.3.1 <i>Despesas Correntes</i>	40

7.3.2	<i>Despesas de Capital</i>	41
7.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR	42
7.4.1	<i>Execução de Restos a Pagar não Processados</i>	42
7.4.2	<i>Execução de Restos a Pagar Processados</i>	45
8	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	45
8.1	VPA - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	46
8.2	VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	46
8.3	VPA - REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	47
8.4	VPA - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	47
8.5	VPD - PESSOAL E ENCARGOS	47
8.6	VPD - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	48
8.7	VPD - USO DE MATERIAL DE CONSUMO	48
8.8	VPD – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	48
9	NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO	49
9.1	INGRESSOS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	49
9.2	INGRESSOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	49
9.3	INGRESSOS: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	50
9.4	DISPÊNDIOS: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	51
9.5	DISPÊNDIOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	52
9.6	DISPÊNDIOS: PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	52
10	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	52
10.1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: INGRESSOS – RECEITAS DE SERVIÇOS	52
10.2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	53
10.3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - DESEMBOLSO: EDUCAÇÃO	53
10.4	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - DESEMBOLSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	54
10.5	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: DESEMBOLSOS – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS – INTRAGOVERNAMENTAIS	54
10.6	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: DESEMBOLSOS - AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	24
Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo	24
Tabela 3 - Estoques	25
Tabela 4 - Imobilizado	26
Tabela 5 - Bens Móveis - Composição.....	26
Tabela 6 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	27
Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição	27
Tabela 8 - Bens de Uso Especial - Composição	28
Tabela 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado.....	30
Tabela 10 - Intangível - Composição.....	31
Tabela 11 - Vida útil do Software	32
Tabela 12 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (CP)	32
Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição	33
Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante	33
Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor	33
Tabela 16 - Obrigações Contratuais - Composição.....	35
Tabela 17 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante	35
Tabela 18 - Obrigações Contratuais - por Contrato.....	35
Tabela 19 - Quocientes de Recebimentos	37
Tabela 20 - Cálculo da Estimativa de Perda	37
Tabela 21 - Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores	38
Tabela 22 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas.....	39
Tabela 23 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição	39
Tabela 24 - Despesas Correntes – Composição	40
Tabela 25 - Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento	41
Tabela 26 - Despesas correntes empenhadas por outros órgãos.....	41
Tabela 27 - Execução de despesas de capital.....	42
Tabela 28 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado	42
Tabela 29 - RPNP origem do orçamento MEC.....	43
Tabela 30 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora	44
Tabela 31 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa.....	45
Tabela 32 - RPNP por elemento de despesas.....	45
Tabela 33 - Depreciação e amortização por UG executora	48
Tabela 34 - Repasses recebidos durante o exercício de 2022	50
Tabela 35 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos.....	51
Tabela 36 - Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da nota de empenho	44
Gráfico 2 - Detalhamento de ingressos de recursos - Receitas Orçamentárias	49

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Av. da Universidade, 2853., - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181

Telefone: 3366 7368 e Fax: @fax_unidade@ - http://ufc.br/

Processo nº 23067.002977/2023-97

Interessado: COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (CCF_PROPLAD)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Universidade Federal do Ceará.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na [Manual SIAFI - Macrofunção 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL](#).

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1) INCONSISTÊNCIAS CONTAS PATRIMÔNIO LÍQUIDO - As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA s) e, por consequência, o resultado patrimonial, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) estão superavaliados em um montante estimado de R\$ 395 milhões.

Isto ocorreu em razão do registro de atualização dos valores dos bens imóveis da UFC. O SPIUNET (Sistema Utilizado para controle de bens imóveis no âmbito do Governo Federal) tem como padrão registrar as reavaliações de imóveis em contrapartida de contas de VPA, para os casos em que se tem uma reavaliação positiva. No entanto, o registro adequado seria em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido), conforme disposto no [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\) 9ª Edição](#) – Item 11.4.1.

No início do exercício de 2023 buscaremos, juntamente com a Setorial Contábil do Ministério da Educação (MEC) e STN, identificar uma forma de realizar o registro de transferência do valor para

a conta de Reserva de Reavaliação em contrapartida de Ajuste de Exercícios Anteriores, sem prejuízo da conciliação do valor dos bens imóveis com o registrados no SPIUNET.

2)FALTA/REGISTRO INCOMPATÍVEL DE DEPRECIÇÃO -ATIVO IMOBILIZADO - O valor dos Bens Móveis no Ativo Imobilizado foi superavaliado em aproximadamente R\$ 3,10 milhões, em razão da falta de registro de depreciação de bens móveis, na Unidade Gestora UFC, nos meses de setembro a dezembro/2022. Em contrapartida, as VPD s referentes a depreciação, registrados no Grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo da DVP, ficaram subavaliadas na mesma proporção.

No âmbito do processo de migração para o [SIADS](#) (Sistema de gestão patrimonial do governo federal), a partir do mês de setembro/2022 a UFC teve que suspender o uso do seu sistema de controle patrimonial e, por consequência, a depreciação mensal dos bens móveis deixou de ser calculada.

Até o encerramento do exercício de 2022 não foram sanadas, junto ao SERPRO, todas as pendências que surgiram no processo de migração para o novo sistema. Estima-se que o processo de migração para o SIADS seja concluído no início de 2023, quando será possível registrar os valores pendentes de depreciação dos bens móveis de 2022, em contrapartida do ajuste de exercícios anteriores.

3)SALDOS A LONGAGOS/INDEVIDOS EM CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVO CIRCULANTE - Os valores do Grupo Créditos a Curto Prazo (Ativo Circulante) estão superavaliados em razão da manutenção de saldos alongados em contas de Adiantamento a Fornecedores.

Trata-se de valores adiantados no âmbito de contratos celebrados com fundações de apoio, totalizando aproximadamente R\$ 6,37 milhões. Estes adiantamentos deveriam ser baixados mediante a comprovação da aplicação dos valores pelas fundações de apoio.

Solicitou-se à Coordenadoria de Contratos e Convênios (CCONV-PROPLAD) o envio das solicitações de baixa dos valores cuja aplicação já tenha sido feita pelas fundações de apoio. Até o encerramento do exercício não obtivemos resposta do referido setor.

4)SALDOS A LONGADOS/INDEVIDOS EM CONTAS TRANSITÓRIAS DE RECEITAS - Manutenção, ao final do exercício de 2022, de saldo em conta transitória/genérica de VPA a Classificar no valor de R\$ 269.300,00.

Trata-se de receita de alienação de bens móveis em leilão, realizado nos últimos meses de 2022. Conforme informado no item anterior, o uso do SIPAC foi suspenso, o que impossibilitou a baixa dos bens móveis leiloados e a apuração do valor líquido deles, o que permitiria identificar se houve ganho ou perda com a alienação de bens móveis. Historicamente, na UFC, o valor líquido dos bens

móveis costuma ser superior ao valor arrecadado em leilão. Portanto, estima-se que a VPA a classificar, daria lugar a uma VPD por perda em alienação de bens.

Estima-se que o processo de migração para o SIADS seja concluído no início de 2023, quando será possível baixar os bens móveis em contrapartida do ajuste de exercícios anteriores.

Fortaleza-CE, 30 de janeiro de 2023.

Samuel Cavalcante Mota

Contador

CRC-CE:019065/O

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD

Universidade Federal do Ceará



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL CAVALCANTE MOTA, Assessor Técnico**, em 30/01/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4056882** e o código CRC **6560E2DF**.

Referência: Processo nº 23067.002977/2023-97

SEI nº 4056882

Criado por samuelcmota, versão 25 por samuelcmota em 30/01/2023 15:40:22.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	131.452.977,77	141.391.412,00	PASSIVO CIRCULANTE	243.535.546,74	288.285.713,54
Caixa e Equivalentes de Caixa 6.1	112.747.724,26	107.284.631,85	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo 6.8	103.444.664,75	124.143.536,87
Créditos a Curto Prazo 6.2	17.595.875,29	26.015.924,95	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	4.283,76	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo 6.9	3.303.157,62	4.064.181,76
Demais Créditos e Valores	19.115.456,61	26.715.685,54	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	90,09
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo 6.12	-1.523.865,08	-699.760,59	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques 6.3	713.594,22	8.076.427,70	Demais Obrigações a Curto Prazo 6.10	136.787.724,37	160.077.904,82
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente 6.4	395.784,00	14.427,50			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.405.970.522,58	1.002.363.301,20	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	9.791.945,02
Ativo Realizável a Longo Prazo	40.036,19	11.234,53	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	8.910.749,04
Créditos a Longo Prazo 6.5	40.036,19	11.234,53	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	5.046.622,32	5.089.217,41	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo 6.12	-5.006.586,13	-5.077.982,88	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques 6.13	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	881.195,98
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	243.535.546,74	298.077.658,56
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Imobilizado 6.6	1.405.282.702,82	1.001.701.593,12	Resultados Acumulados	1.293.887.953,61	845.677.054,64
Bens Móveis	205.972.395,60	212.926.965,70	Resultado do Exercício	423.727.768,57	-7.196.292,77
Bens Móveis	341.847.379,00	338.670.230,83	Resultados de Exercícios Anteriores	845.677.054,64	865.239.642,47
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-135.874.983,40	-125.743.265,13	Ajustes de Exercícios Anteriores 6.14	24.483.130,40	-12.366.295,06
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	1.199.310.307,22	788.774.627,42	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.293.887.953,61	845.677.054,64
Bens Imóveis	1.207.136.202,39	807.780.182,56			

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.825.895,17	-19.005.555,14			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível 6.7	647.783,57	650.473,55			
Softwares	647.783,57	650.473,55			
Softwares	650.871,12	659.870,74			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.087,55	-9.397,19			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.537.423.500,35	1.143.754.713,20	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.537.423.500,35	1.143.754.713,20

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	112.747.724,26	107.284.631,85	PASSIVO FINANCEIRO	149.502.565,61	161.210.177,95
ATIVO PERMANENTE	1.424.675.776,09	1.036.470.081,35	PASSIVO PERMANENTE	134.823.649,91	194.258.280,61
			SALDO PATRIMONIAL	1.253.097.284,83	788.286.254,64

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	106.688.785,71	126.700.142,34	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	231.597.754,59	239.656.755,70
Atos Potenciais Ativos	106.688.785,71	126.700.142,34	Atos Potenciais Passivos	231.597.754,59	239.656.755,70
Garantias e Contragarantias Recebidas	13.833.905,40	13.040.406,64	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
			Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	84.405.371,25	105.425.377,13	Congêneres	6.367.656,06	-
Direitos Contratuais	8.449.509,06	8.234.358,57	Obrigações Contratuais 6.11	225.230.098,53	239.656.755,70
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	106.688.785,71	126.700.142,34	TOTAL	231.597.754,59	239.656.755,70

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-20.112.782,30
Recursos Vinculados	-16.642.059,05
Educação	-16.217.801,13
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.068.886,89
Previdência Social (RPPS)	-698,22
Alienação de Bens e Direitos	1.064.886,04
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-419.558,85
TOTAL	-36.754.841,35

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

2.2 Balanço Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	8.058.578,00	8.058.578,00	8.276.128,59	217.550,59	
Receita Patrimonial	1.771.645,00	1.771.645,00	1.616.608,89	-155.036,11	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.771.645,00	1.771.645,00	1.616.608,89	-155.036,11	
Receita Agropecuária	5.900,00	5.900,00	5.118,31	-781,69	
Receitas de Serviços	4.887.716,00	4.887.716,00	4.802.733,53	-84.982,47	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.887.716,00	4.887.716,00	4.803.360,37	-84.355,63	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	240,00	240,00	
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-866,84	-866,84	
Transferências Correntes	-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	1.393.317,00	1.393.317,00	1.851.667,86	458.350,86	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	41.486,00	41.486,00	5.449,56	-36.036,44	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.351.831,00	1.351.831,00	1.846.218,30	494.387,30	
RECEITAS DE CAPITAL	561.178,00	561.178,00	456.200,00	-104.978,00	
Alienação de Bens	561.178,00	561.178,00	456.200,00	-104.978,00	
Alienação de Bens Móveis	561.178,00	561.178,00	456.200,00	-104.978,00	
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.619.756,00	8.619.756,00	8.732.328,59	112.572,59	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.619.756,00	8.619.756,00	8.732.328,59	112.572,59	
DEFICIT	-	-	1.730.372.247,07	1.730.372.247,07	
TOTAL	8.619.756,00	8.619.756,00	1.739.104.575,66	1.730.484.819,66	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-17.575.830,00	-	17.575.830,00	
Superavit Financeiro	-	-	-	-	
Excesso de Arrecadação	-	6.516.665,00	-	-	
Créditos Cancelados	-	-24.092.495,00	-	-	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.721.988.612,00	1.710.574.662,00	1.730.904.922,03	1.707.793.134,55	1.600.913.414,27	-20.330.260,03
Pessoal e Encargos Sociais	1.527.008.494,00	1.516.247.004,00	1.493.345.594,00	1.493.345.594,00	1.395.221.737,77	22.901.410,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	194.980.118,00	194.327.658,00	237.559.328,03	214.447.540,55	205.691.676,50	-43.231.670,03
DESPESAS DE CAPITAL	13.766.149,00	7.604.269,00	8.199.653,63	2.556.957,26	2.518.141,58	-595.384,63
Investimentos	13.766.149,00	7.604.269,00	8.199.653,63	2.556.957,26	2.518.141,58	-595.384,63
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.735.754.761,00	1.718.178.931,00	1.739.104.575,66	1.710.350.091,81	1.603.431.555,85	-20.925.644,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.735.754.761,00	1.718.178.931,00	1.739.104.575,66	1.710.350.091,81	1.603.431.555,85	-20.925.644,66
TOTAL	1.735.754.761,00	1.718.178.931,00	1.739.104.575,66	1.710.350.091,81	1.603.431.555,85	-20.925.644,66

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	22.392.764,86	24.164.456,31	19.728.228,97	18.823.271,23	6.366.736,05	21.367.213,89
Pessoal e Encargos Sociais	263.912,38	7.760,60	7.760,60	7.760,60	-	263.912,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.128.852,48	24.156.695,71	19.720.468,37	18.815.510,63	6.366.736,05	21.103.301,51
DESPESAS DE CAPITAL	6.361.734,38	4.486.631,91	4.638.547,16	4.455.609,24	2.048,31	6.390.708,74
Investimentos	6.361.734,38	4.486.631,91	4.638.547,16	4.455.609,24	2.048,31	6.390.708,74
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.754.499,24	28.651.088,22	24.366.776,13	23.278.880,47	6.368.784,36	27.757.922,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	349.817,93	101.688.056,72	101.524.001,38	6.973,40	506.899,87	
Pessoal e Encargos Sociais	5.814,88	93.883.274,62	93.889.089,50	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	344.003,05	7.804.782,10	7.634.911,88	6.973,40	506.899,87	
DESPESAS DE CAPITAL	771.062,57	394.580,28	394.580,28	-	771.062,57	
Investimentos	771.062,57	394.580,28	394.580,28	-	771.062,57	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	1.120.880,50	102.082.637,00	101.918.581,66	6.973,40	1.277.962,44	

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.495.090.758,43	2.068.198.788,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos 8.4	6.445.984,92	3.333.337,94
Venda de Mercadorias	5.118,31	4.663,61
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	6.440.866,61	3.328.674,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	15.412,75	20.953,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	15.086,86	20.953,47
Variações Monetárias e Cambiais	325,89	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas 8.1	1.975.823.284,46	1.961.366.813,09
Transferências Intragovernamentais	1.972.305.049,56	1.946.883.006,19
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.518.234,90	14.483.806,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	505.901.523,64	99.395.500,93
Reavaliação de Ativos 8.2	407.914.075,53	7.517.223,95
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.438.752,41	19.734.683,85
Ganhos com Desincorporação de Passivos	94.548.695,70	72.143.593,13
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.904.552,66	4.082.183,27
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	269.300,00	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas 8.3	1.602.798,70	78.836,85
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.032.453,96	4.003.346,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.071.362.989,86	2.075.395.081,47
Pessoal e Encargos 8.5	948.353.029,81	964.175.884,13
Remuneração a Pessoal	749.886.705,95	763.350.565,07
Encargos Patronais	165.773.942,84	167.891.729,85
Benefícios a Pessoal	32.043.881,02	32.396.789,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	648.500,00	536.800,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais 8.6	581.499.782,56	584.510.084,37
Aposentadorias e Reformas	442.321.173,93	453.036.329,61
Pensões	127.112.535,49	119.204.669,81
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.066.073,14	12.269.084,95
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	156.240.510,15	137.471.638,13
Uso de Material de Consumo 8.7	4.415.392,76	17.514.309,59
Serviços	133.503.090,33	105.712.453,35
Depreciação, Amortização e Exaustão 8.8	18.322.027,06	14.244.875,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.775,23	12.032,45
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	201,41	12.032,45

Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.573,82	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	247.232.358,43	241.927.775,33
Transferências Intragovernamentais	240.216.533,71	240.387.988,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	46.681,20	33.631,60
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	20.435,20
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.969.143,52	1.485.720,08
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	81.316.264,53	89.692.115,43
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	5.341.726,56	2.311.384,60
Perdas com Alienação	397.094,25	3.138.342,02
Perdas Involuntárias	116.442,02	286,38
Incorporação de Passivos	61.863.957,70	48.231.640,66
Desincorporação de Ativos	13.597.044,00	36.010.461,77
Tributárias	4.982.712,13	3.970.077,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.875,84	16.196,58
Contribuições	4.967.836,29	3.953.880,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	51.736.557,02	53.635.474,43
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	51.722.359,51	53.625.622,16
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.197,51	9.852,27
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	423.727.768,57	-7.196.292,77

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias 9.1	8.732.328,59	6.227.160,99	Despesas Orçamentárias 9.4	1.739.104.575,66	1.700.548.912,62
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.121.966.778,27	1.060.246.663,16
Vinculadas	9.976.766,05	6.253.298,50	Vinculadas	617.137.797,39	640.302.249,46
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	39.634.642,19	20.218.891,77
Alienação de Bens e Direitos	456.200,00	726.485,70	Seguridade Social (Exceto Previdência)	649.752,23	388.195.468,60
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	9.520.566,05	5.526.812,80	Previdência Social (RPPS)	565.800.392,19	218.949.458,38
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.244.437,46	-26.137,51	Alienação de Bens e Direitos	399.392,00	588.954,05
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	10.653.618,78	12.349.476,66
Transferências Financeiras Recebidas 9.2	1.972.121.669,29	1.946.878.281,83	Transferências Financeiras Concedidas 9.5	240.113.303,29	240.387.988,45
Resultantes da Execução Orçamentária	1.928.603.573,20	1.891.239.405,26	Resultantes da Execução Orçamentária	229.382.952,44	233.365.633,94
Repasse Recebido	1.699.541.337,73	1.657.880.317,94	Repasse Concedido	320.716,97	6.546,62
Sub-repasse Recebido	229.062.235,47	233.359.087,32	Sub-repasse Concedido	229.062.235,47	233.359.087,32
Independentes da Execução Orçamentária	43.518.096,09	55.638.876,57	Independentes da Execução Orçamentária	10.730.350,85	7.022.354,51
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	41.860.381,24	53.086.819,33	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.528.237,27	5.204.952,86
Demais Transferências Recebidas	4.592,30	15.835,42	Demais Transferências Concedidas	61.744,06	116.146,71
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.653.122,55	2.536.221,82	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.140.369,52	1.701.254,94
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários 9.3	139.111.756,31	132.603.864,70	Pagamentos Extraorçamentários 9.6	135.284.782,83	149.656.623,73
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	106.918.535,96	100.744.936,93	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	102.123.041,22	98.832.258,34
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.754.483,85	28.651.088,22	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	31.889.476,09	49.280.465,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.282.098,26	1.541.175,27	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.272.265,52	1.543.899,76
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.156.638,24	1.666.664,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.076.488,39	1.661.939,92			
Demais Recebimentos	80.149,85	4.724,36			
Saldo do Exercício Anterior	107.284.631,85	112.168.849,13	Saldo para o Exercício Seguinte	112.747.724,26	107.284.631,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	107.284.631,85	112.168.849,13	Caixa e Equivalentes de Caixa 6.1	112.747.724,26	107.284.631,85
TOTAL	2.227.250.386,04	2.197.878.156,65	TOTAL	2.227.250.386,04	2.197.878.156,65

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.961.348,61	13.356.226,71
INGRESSOS	1.983.836.534,38	1.955.586.796,67
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.616.608,89	1.231.293,92
Receita Agropecuária	5.118,31	4.663,61
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços 10.1	4.802.733,53	2.097.486,20
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.851.667,86	2.167.231,56
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.975.560.405,79	1.950.086.121,38
Ingressos Extraorçamentários	1.282.098,26	1.541.175,27
Transferências Financeiras Recebidas 10.2	1.972.121.669,29	1.946.878.281,83
Arrecadação de Outra Unidade	2.076.488,39	1.661.939,92
Demais Recebimentos	80.149,85	4.724,36
DESEMBOLSOS	-1.969.875.185,77	-1.942.230.569,96
Pessoal e Demais Despesas	-1.561.562.996,17	-1.531.146.925,30
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-109.532,41	-622.200,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-148.334,04	-4.961.449,08
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-675.487,60
Previdência Social 10.4	-569.616.004,56	-567.631.222,48
Saúde	-3.077.030,65	-374.397,84
Trabalho	-	-
Educação 10.3	-985.875.377,70	-951.501.781,39
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-157.872,00	-
Urbanismo	-358.358,87	-189.280,52
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.812.407,49	-1.606.984,38
Ciência e Tecnologia	-	-50.323,98
Agricultura	-25.187,72	-6.000,00
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-298.025,07	-3.462.806,48
Desporto e Lazer	-22.933,00	-
Encargos Especiais	-61.932,66	-64.991,55
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas 10.5	-166.926.620,79	-169.151.756,45
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-166.879.939,59	-169.089.765,25
Outras Transferências Concedidas	-46.681,20	-61.991,20
Outros Desembolsos Operacionais	-241.385.568,81	-241.931.888,21
Dispêndios Extraorçamentários	-1.272.265,52	-1.543.899,76
Transferências Financeiras Concedidas	-240.113.303,29	-240.387.988,45

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.498.256,20	-18.240.443,99
<i>INGRESSOS</i>	<i>456.200,00</i>	<i>726.485,70</i>
Alienação de Bens	456.200,00	726.485,70
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<i>DESEMBOLSOS</i>	<i>-8.954.456,20</i>	<i>-18.966.929,69</i>
Aquisição de Ativo Não Circulante 10.6	-8.954.456,20	-18.696.198,44
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-270.731,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
<i>INGRESSOS</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<i>DESEMBOLSOS</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.463.092,41	-4.884.217,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	107.284.631,85	112.168.849,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	112.747.724,26	107.284.631,85

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis: Administração Superior e Administração Acadêmica.

O Organograma e o detalhamento das unidades que compõem a Administração Superior e a Administração acadêmica podem ser consultados no site da UFC, por meio do link: <https://www.ufc.br/a-universidade/administracao-da-ufc/85-estrutura-organizacional-e-instancias-de-decisao>.

4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica

do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais e nas suas respectivas notas explicativas.

n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFC.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes durante o exercício de 2022 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria).

O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2021 e o saldo em 31/12/2022 consiste em um acréscimo de 5,09%, conforme Tabela 1. Cabe ressaltar que aproximadamente 92% do valor disponível em 31/12/2022 é referente a recursos já comprometidos com pagamentos que foram realizados no primeiro dia útil de 2023. A maior parcela desses pagamentos efetuados no início de 2023 se refere à folha de pessoal do mês dezembro/2022.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	112.747.724,26	107.284.631,85	5,09%

Fonte: SIAFI.

6.2 Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo apresentaram valores aproximadamente 32% inferiores ao final do exercício de 2022, quando comparado com o saldo final do exercício 2021. Esta redução é decorrente, basicamente, de um decréscimo dos valores de adiantamento de férias acrescido de 1/3 constitucional em 2022; quando comparado com o saldo ao final do exercício de 2021, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV(%)
DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTÁRIA – CONSOLIDACAO	4.283,76	0,00		0,02%
13 SALÁRIO – ADIANTAMENTO	7.402.195,47	4.782.439,71	54,78%	42,07%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	1.650.508,79	14.541.747,25	-88,65%	9,38%
SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	1.376.018,81	860.004,89	60,00%	7,82%
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVICOS	6.366.426,12	5.372.983,94	18,49%	36,18%
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	405.274,37	76.803,83	427,67%	2,30%

CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	231.030,29	0,00		1,31%
OUTROS CREDITOS ADMINISTRATIVOS	14.104,64	0,00		0,08%
ALUGUÉIS A RECEBER	134.176,79	115.006,99	16,67%	0,76%
CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE	12.379,24	12.379,24	0,00%	0,07%
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	758.571,72	265.592,27	185,62%	4,31%
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	4.783,31	21.264,73	-77,51%	0,03%
OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO	33.000,00	33.000,00	0,00%	0,19%
ALUGUÉIS A RECEBER - INTER ESTADO	284.907,29	284.907,29	0,00%	1,62%
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	309.927,01	239.288,11	29,52%	1,76%
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	132.152,76	110.267,29	19,85%	0,75%
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	-1.523.865,08	-699.760,59	117,77%	-8,66%
Total	17.595.875,29	26.015.924,95	-32,36%	100,00%

Fonte: SIAFI.

6.3 Estoques

A conta estoques apresentou, em 31/12/2022, saldo aproximadamente 91% inferior ao saldo em 31/12/2021. Essa variação ocorreu, sobretudo, pela redução do valor dos estoques de medicamentos para distribuição, registrado na unidade do Hospital Universitário, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3 - Estoques

Conta Contábil	Unidade Gestora	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Materiais de consumo	Universidade Federal do Ceará	713.594,22	1.482.356,05	-51,86%
Medicamento - Estoque interno- para distribuição	Hospital Universitário Walter Cantídio	0,00	6.594.071,65	-100,00%
Total		713.594,22	8.076.427,70	-91,16%

Fonte: SIAFI.

6.4 VPDs Pagas Antecipadamente

O valor de R\$ 395.784,00, registrado nesse grupo é referente ao pagamento feito antecipadamente no âmbito dos Contratos: nº 25/2021, cujo objeto é a contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública através do acesso via internet; 18/2022, cujo objeto é a contratação de serviço de Biblioteca Virtual. Os pagamentos foram feitos em parcela única.

Como os pagamentos foram efetuados de forma antecipada à ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, à medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

6.5 Créditos a longo prazo

O saldo de créditos a longo prazo ao final do exercício de 2022 apresentou um aumento de aproximadamente 257% quando comparado com o saldo ao final do exercício de 2021. Este aumento é referente a revisão dos valores de Ajustes para Perdas em Créditos

de Longo Prazo. O detalhamento do cálculo do ajuste para perdas pode ser consultado na Nota Explicativa 6.12 - Ajustes para Perdas – Valores a Receber.

6.6 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC possui comissão permanente de avaliação de bens móveis que, para os bens adquiridos de forma gratuita, realiza avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2022, a UFC apresentou um saldo de R\$ 1.405.282.702,82 relacionados ao imobilizado.

Na Tabela 4 é exibida a composição do subgrupo Imobilizado, que apresentou um acréscimo de 40,29% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2022 com o saldo de 31/12/2021, que decorre, principalmente, da atualização dos valores de bens imóveis.

Tabela 4 – Imobilizado

Item	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Móveis	205.972.395,60	212.926.965,70	-3,27%
(+) Valor Bruto Contábil	341.847.379,00	338.670.230,83	0,94%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-135.874.983,40	-125.743.265,13	8,06%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis	1.199.310.307,22	788.774.627,42	52,05%
(+) Valor Bruto Contábil	1.207.136.202,39	807.780.182,56	49,44%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.825.895,17	-19.005.555,14	58,82%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.405.282.702,82	1.001.701.593,12	40,29%

Fonte: SIAFI

6.6.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2022 totalizavam R\$ 205.972.395,60 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Bens Móveis - Composição

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
----------------	------------	------------	--------	--------

Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	130.915.460,86	128.873.117,92	1,58%	63,56%
Bens de Informática	47.249.718,02	45.305.614,55	4,29%	22,94%
Móveis e Utensílios	54.984.671,34	54.130.902,83	1,58%	26,70%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	86.428.565,81	86.070.670,87	0,42%	41,96%
Veículos	19.734.979,46	19.832.295,88	-0,49%	9,58%
Bens Móveis em Andamento	30.997,61	1.430.678,90	-97,83%	0,02%
Armamentos	2	2	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	93.518,00	85.018,00	10,00%	0,05%
Demais Bens Móveis	2.409.465,90	2.941.929,88	-18,10%	1,17%
Depreciação / Amortização Acumulada	-135.874.983,40	-125.743.265,13	8,06%	-65,97%
Total	205.972.395,60	212.926.965,70	-3,27%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Conforme demonstra a Tabela 5, durante o exercício de 2022, em comparação com o saldo final do ano de 2021, não ocorreram variações relevantes.

Dos Bens Móveis registrados no órgão, 63,56% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 105.550.644,87, o que representa aproximadamente 81% do total do grupo. A Tabela 6 apresenta o detalhamento do grupo de bens Máquinas, Equipamentos e Ferramentas.

Tabela 6 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	8.987.665,16	9.028.741,96	-0,45%	6,87%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	923.895,09	948.816,73	-2,63%	0,71%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO,LAB E HOSP	105.550.644,87	103.317.557,05	2,16%	80,63%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	519.930,20	519.930,20	0,00%	0,40%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	596.952,54	604.582,58	-1,26%	0,46%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	1.258.936,99	1.257.179,48	0,14%	0,96%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.576.803,29	3.573.630,15	0,09%	2,73%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	619.270,89	648.589,67	-4,52%	0,47%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	958.516,02	833.781,66	14,96%	0,73%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	90.680,00	90.680,00	0,00%	0,07%
MÁQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	1.159.592,76	1.159.592,76	0,00%	0,89%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	1.200.868,97	1.234.376,64	-2,71%	0,92%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5.471.704,05	5.655.659,01	-3,25%	4,18%
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,03	0,03	0,00%	0,00%
Total	130.915.460,86	128.873.117,92	1,58%	100,00%

Fonte: SIAFI.

6.6.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2022 totalizavam 1.199.310.307,22 e estão distribuídos em quatro grupos de contas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	1.183.018.908,23	775.821.986,40	52,49%	98,64%
Bens Imóveis em Andamento	23.797.794,16	31.554.609,67	-24,58%	1,98%
Instalações	319.500,00	403.586,49	-20,83%	0,03%

Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-7.825.895,17	-19.005.555,14	-58,82%	-0,65%
Total	1.199.310.307,22	788.774.627,42	52,05%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 98% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 1.183 milhões em 31/12/2022 (a valores brutos, sem desconto de depreciação).

A variação de saldo ocorrida durante o exercício de 2022, quando comparado ao saldo final de 2021, refere-se, sobretudo, ao registro de atualização de bens imóveis.

Embora menos representativas, também ocorreram variações referentes a baixa de valores de bens imóveis em andamento, que deriva do registro na conta definitiva de bens imóveis de valores de obras concluídas, que é precedido da baixa dos mesmos valores nas contas de obras em andamento (bens móveis em andamento); redução do valor da depreciação acumulada, decorrente de ajuste registrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), responsável pelo registro da depreciação de bens imóveis no âmbito do governo federal. A redução do valor da depreciação acumulada dos bens imóveis teve como contrapartida a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da UFC são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode ser observado na Tabela 8.

A Tabela 8 demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial, com destaque para a conta de Imóveis de Uso Educacional, que representa aproximadamente 70% do total de bens de uso especial.

Tabela 8 - Bens de Uso Especial - Composição

Conta Contábil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Imóveis de Uso Educacional	822.629.254,48	533.952.782,65	54,06%	69,54%
Terrenos, Glebas	272.352.375,75	188.684.481,27	44,34%	23,02%
Edifícios	67.605.463,40	37.506.604,51	80,25%	5,71%
Imóveis Residenciais e Comerciais	10.558.942,49	6.806.883,03	55,12%	0,89%
Fazendas, Parques e Reservas	6.168.045,45	6.009.103,43	2,65%	0,52%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.704.826,66	2.862.131,51	29,44%	0,31%
Total	1.183.018.908,23	775.821.986,40	52,49%	100,00%

Fonte: SIAFI.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na UFC têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão](#), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro

Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no [Manual de Gestão Patrimonial](#), disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUNET e para os bens móveis é o das quotas constantes. Cabe ressaltar que a UFC não possui bens imóveis não registrados no SPIUNET.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Este sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e

transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

6.6.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

A Tabela 9 detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o exercício de 2022 que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado.

Tabela 9 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado

Descrição da Movimentação	Valor
Ajuste no valor da depreciação acumulada em decorrência da realização, no ano de 2021, de inventário nas unidades gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola.	-2.421.729,05
Registro de depreciação de bens móveis nas unidades gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola, referente ao exercício de 2021	-297.725,45
Estorno do registro de ajuste no valor contábil, realizado em 2021, referente a bens não localizados em inventário realizado nas Unidades Gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola	1.514.619,82
Registro de incorporação de bens móveis indevidamente baixados em exercício anterior	444.333,99

Ajuste no valor de bem móvel recebido em doação em 2021, em razão de avaliação feita pela UFC, onde foi obtido valor maior do que o registrado por transferência feita pela Procuradoria da República - CE.	47.105,00
Registro de ajuste na depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e SIAFI.	15.709.668,39
TOTAL	14.996.272,70

Fonte: SIAFI.

6.7 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio da UFC.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

Em 31/12/2022, o órgão apresentou um saldo de R\$ 647.783,57 de ativos intangíveis. Na Tabela 10 é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2022 e 31/12/2021.

Tabela 10 - Intangível - Composição

Item	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	4.750,00	13.749,62	-65,45%	0,73%
Software com Vida Útil Indefinida	646.121,12	646.121,12	0,00%	99,74%
Amortização Acumulada	-3.087,55	-9.397,19	-67,14%	-0,48%
Total	647.783,57	650.473,55	-0,41%	100,00%

Fonte: SIAFI.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 99,74% do grupo.

Durante o exercício de 2022 não foram adquiridos softwares. Dito isto, a variação no saldo do grupo é decorrente da baixa de softwares totalmente amortizados bem como do registro da amortização de softwares.

A Tabela 11 detalha as informações acerca da vida útil dos Softwares com Vida Útil Definida.

Tabela 11 - Vida útil do Software

Software	Valor bruto(R\$)	Vida total em meses	útil em meses	Valor amortizado	Meses amortizados	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022
Pacote com 14 Softwares especializados em mineração e engenharia civil, utilizados nos laboratórios de engenharias do Campus da UFC em Crateús.	4.750,00	60		3.087,55	39	1.662,45

Fonte: SIAFI.

6.7.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment

Durante o exercício de 2022 não foram identificados softwares em situação de imparidade.

6.7.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Durante o exercício de 2022 não foram realizados registros contábeis de ajustes de exercícios anteriores tendo como contrapartida as contas do grupo Ativo Intangível.

6.8 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O saldo desse grupo relaciona-se, em sua maior parte, a valores de salários, remunerações e benefícios referentes a folha de pessoal do mês de dezembro de 2022. Os valores do passivo, referentes a folha de pessoal de dezembro/2022, foram baixados no primeiro dia útil de janeiro de 2023, com o pagamento da folha.

Quando se compara o saldo ao final do exercício de 2022 com o saldo final do exercício de 2021, identifica-se uma redução de 16,67%, cuja causa principal foi a redução do valor de férias a pagar, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (CP)

Item	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	89.916.901,34	86.980.562,59	3,38%	86,92%
FERIAS A PAGAR	6.345.002,65	23.924.413,65	-73,48%	6,13%
PRECATORIOS DE PESSOAL	4.603.646,13	11.829.059,65	-61,08%	4,45%

BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	979.946,06	1.175.289,07	-16,62%	0,95%
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	44.000,00	0,00		0,04%
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	278.898,41	234.211,91	19,08%	0,27%
PSSS-CONTRIBUICAO S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	660.191,96	0,00		0,64%
INSS-CONTRIB.S/SALARIOS E REMUNERACOES -INTRA	217.650,60	0,00		0,21%
INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA	398.427,60	0,00		0,39%
Total	103.444.664,75	124.143.536,87	-16,67%	100,00%

6.9 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2022, a UFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 3.303.157,62 relacionados com fornecedores e contas a pagar. A seguir, apresenta-se a Tabela 13, onde se pode observar que a totalidade das obrigações do órgão é de curto prazo e relativa a credores nacionais.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Item	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Curto Prazo	3.303.157,62	4.064.181,76	-18,73%
Nacionais	3.303.157,62	4.064.181,76	-18,73%
Total	3.303.157,62	4.064.181,76	-18,73%

Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 13, houve uma redução de aproximadamente 19% no valor das obrigações, quando se compara o valor devido em 31/12/2022 com o valor apresentado no encerramento do exercício de 2021.

Na Tabela 14 são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2022.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2022	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	3.299.263,60	99,88%
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	3.894,02	0,12%
Total	3.303.157,62	100,00%

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora UFC é responsável por praticamente todo o volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do exercício de 2022 (99,88% do total), em razão de concentrar um maior volume de execução orçamentária.

Na Tabela 15 são relacionados os fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto na data base de 31/12/2022.

Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

Fornecedor	31/12/2022	AV (%)
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA	899.912,72	27,24%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	607.221,91	18,38%
ISM GOMES DE MATTOS LTDA	575.457,70	17,42%

AGAPE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	490.647,73	14,85%
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE	278.463,61	8,43%
FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	121.682,19	3,68%
IGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	102.803,49	3,11%
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	82.697,51	2,50%
DEMAIS	144.270,76	4,37%
Total	3.303.157,62	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os valores pendentes de pagamento aos fornecedores: Companhia Energética do Ceará, ISM Gomes de Mattos Ltda, Companhia de Água e Esgoto do Ceará-CAGECE e IGC Empreendimentos Imobiliários Ltda são referentes às despesas liquidadas durante o mês de dezembro/2022 que, ao final do referido mês, aguardavam o recebimento de recursos financeiros do Ministério da Educação para efetivar o pagamento.

Os valores pendentes de pagamento à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura referem-se às despesas liquidadas no mês de dezembro/2022 e em meses anteriores, que estavam aguardando o recebimento de recursos financeiros para efetivar o pagamento.

Os valores pendentes de pagamento à empresa Ágape Construções e Serviços Ltda encontram-se bloqueados em razão de recomendação do Ministério Público do Trabalho (MPT). Ao final do exercício de 2022 a UFC aguardava anuência do MPT para repasse de saldo remanescente à empresa contratada, após utilização de parte dos valores devidos para pagamento direto aos funcionários terceirizados da empresa.

Os valores pendentes de ao Fundo de Imprensa Nacional/Exec. Orc. Financ. pagamentos são referentes a faturas liquidadas no exercício de 2015 que tiveram questionamento em relação ao valor devido, sendo solicitada a suspensão dos pagamentos.

Encontra-se pendente há longa data o valor devido à PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda – EPP. Os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para auditórios, anfiteatros, concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

6.10 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou uma redução de 14,55%, quando se compara o saldo ao final do exercício de 2022 com o saldo final do exercício de 2021. O principal item que compõe este grupo de obrigações refere-se ao reconhecimento da obrigação de prestar contas, junto aos órgãos descentralizadores de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), que totalizaram ao final do mês de dezembro de 2022 R\$ 122.920.982,04, o que corresponde à aproximadamente 90% do valor total do grupo.

6.11 Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2022 o Órgão possuía um saldo de R\$ 225.230.098,53 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos a serem executadas. A seguir, apresenta-se a Tabela 16, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 16 - Obrigações Contratuais - Composição

Tipos de Obrigações	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Serviços	223.764.013,92	237.404.903,18	-5,75%	99,35%
Aluguéis	830.238,35	1.033.874,44	-19,70%	0,37%
Fornecimento de Bens	420.238,26	867.074,61	-51,53%	0,19%
Seguros	215.608,00	350.903,47	-38,56%	0,10%
Total	225.230.098,53	239.656.755,70	-25,52%	100,00%

Fonte: SIAFI.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam aproximadamente 99% do total das obrigações contratuais assumidas pelo órgão ao final do mês de dezembro/2022 e sofreram uma redução de 5,75% em relação ao saldo final do exercício de 2021, em razão da baixa de saldo de parcelas contratuais já executadas ou a baixa de saldos alongados referentes a contratos com vigência encerrada.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 17, que contém os valores por unidades gestoras contratantes com data base de 31/12/2022.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante

UNIDADE GESTORA	31/12/2022	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	224.799.384,03	99,81%
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANDIDIO	427.025,14	0,19%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	3.689,36	0,00%
Total	225.230.098,53	100,00%

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável por 99,81% do total contratado, o que se justifica pelo maior volume de execução orçamentária nesta unidade, bem como a migração dos contratos no âmbito das unidades gestoras do Complexo Hospitalar da UFC (HU e MEAC) para a EBSEH. Na Tabela 18 são relacionados os 08 contratos mais relevantes na perspectiva financeira e o saldo a executar, na data base de 31/12/2022.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais - por Contrato

Descrição do Contratado	31/12/2022	AV (%)
Contratado(a) A: FLORART PAISAGISMO LTDA	29.936.862,00	13,29%
Contratado(a) B: CONTRATO 020/19 - SERVIARM SERVICO DE VIGILAN	24.743.650,62	10,99%
Contratado(a) C: CONTRATO 35/2022 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	16.314.123,40	7,24%
Contratado(a) D: CONTRATO 017/14 - CAGECE	15.211.876,22	6,75%

Contratado(a) E:	CONTRATO 56/2021 - POTENCIAL ENGENHARIA E INS	10.340.602,12	4,59%
Contratado(a) F:	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	6.802.603,36	3,02%
Contratado(a) G:	CONTRATO 17/2022 - CRIART SERVICOS DE TERCEIR	6.279.381,02	2,79%
Contratado(a) H:	CONTRATO 031/19 - FUNDACAO ASTEF	6.099.291,97	2,71%
Demais Contratos do Órgão		109.501.707,82	48,62%
TOTAL		225.230.098,53	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam aproximadamente 38% do total de obrigações contratuais do órgão. As obrigações contratuais referentes aos quatro contratos mais relevantes em termos financeiros são detalhadas a seguir:

Contratada A: Contrato nº 58/2022 – FLORART PAISAGISMO LTDA foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto a prestação de serviços continuados de manejo de áreas verdes. O contrato foi assinado em 22/12/2022 e a sua vigência é de 22/12/2022 a 22/12/2023. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/174905>.

Contratada B: Contrato nº 20/2019 – SERVIARM SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA LTDA foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto a prestação de serviços continuados de vigilância armada e desarmada. O contrato foi assinado em 23/09/2021 e a sua vigência é de 02/10/2022 a 03/10/2023. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/39450>.

Contratada C: Contrato 35/2022 – ISM GOMES DE MATTOS EIRELI foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições para o Restaurante Universitário. O contrato foi assinado em 05/10/2022 e a sua vigência é de 06/10/2022 a 06/10/2023.

Contratado D: Contrato nº 17/2014 – CAGECE foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto. O contrato foi assinado em 02/03/2016 e tem vigência por prazo indeterminado. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/8009>.

6.12 Ajuste para perdas - Valores a Receber

Conforme recomendação do Manual SIAFI – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber são calculados tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por conta contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

A equação que representa o cálculo da Perda Estimada é

$Perda\ Estimada = Saldo\ de\ valores\ a\ receber - (Quociente\ médio\ de\ recebimentos \times Saldo\ da\ contas\ valores\ a\ receber)$

A seguir, são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2019, 2020 e 2021. Para algumas contas, por não haver movimentação em todos os últimos três exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Convém ressaltar que nas tabelas 19 e 20 constam os créditos a receber de curto e longo, assim como o cálculo dos seus respectivos ajustes para perdas.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.

Tabela 19 - Quocientes de Recebimentos

Conta Contábil	Percentual de recebimento			Média percentual de recebimento
	2019	2020	2021	
Crédito a receber por folha de pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguéis a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber por pagamento em duplicidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber decorrentes de infrações	9,95	32,53	0,00	14,16
Créditos a receber por cessão de pessoal	100,00	93,17	97,36	96,84
Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguéis a receber - Inter estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	111,53	95,07	100,19	100,00
Aluguéis a receber - inter município	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber por cessão de pessoal - município	98,24	95,97	99,39	97,87
Dívida ativa não tributária	0,00	0,46	3,05	1,17
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Tabela 20 - Cálculo da Estimativa de Perda

CONTA CONTÁBIL	% Quociente médio de recebimento (2019, 2020 e 2021)	Saldo da conta contábil em 31/12/2022	Valor da provisão em 31/12/2022
Crédito a receber por folha de pagamento	0	405.274,37	405.274,37
Aluguéis a receber	0	134.176,79	134.176,79
Crédito a receber por pagamento em duplicidade	0	12.379,24	12.379,24
Créditos a receber decorrentes de infrações	14,16	758.571,72	651.157,78
Créditos a receber por cessão de pessoal	96,84	4.783,31	151,00
Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0	33.000,00	33.000,00
Aluguéis a receber - Inter estado	0	284.907,29	284.907,29
Créditos a receber por cessão de pessoal - município	97,87	132.152,76	2.818,61
Dívida ativa não tributária	1,17	3.423.413,51	3.383.377,32
Dívida ativa não tributária	0	1.623.208,81	1.623.208,81
TOTAL		6.811.867,80	6.530.451,21

Fonte: SIAFI.

6.13 Ajustes para Perdas - Estoques

Para subsidiar o cálculo do valor de perdas com estoques na UFC foi utilizado relatório do Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIPAC) com o histórico de baixas por perdas de estoque. Nos últimos três anos, o total de perdas de estoques foi de R\$ 3.153,45. Assim, a média de perdas com estoque anual é de R\$ 1.051,15 que representa aproximadamente 0,15% do saldo da conta de Estoques de Material de Consumo ao final do exercício de 2022. Logo, pela irrelevância do valor histórico de perdas, optou-se por não registrar provisão de perdas para estoques.

6.14 Ajustes de Exercícios Anteriores

Na Tabela 21 é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2022.

Tabela 21 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	-12.366.295,06
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura)	12.366.295,06
Reconhecimento de passivos com fato gerador ocorridos em exercícios anteriores	-779.059,45
Reconhecimento de créditos a receber com fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores.	- 72.207,87
Baixa da obrigação de longo prazo, após reconhecimento da obrigação dos precatórios do exercício 2023 no curto prazo	9.791.945,02
Registro de valores de adiantamento a fornecedores, indevidamente registrados como VPD no exercício de 2021	546.180,00
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)	14.996.272,70
Saldo ao final do exercício de 2022	24.483.130,40

Fonte: SIAFI

7 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário apurado ao final do exercício de 2022 apresentou déficit de R\$ 1.730.372.247,07. O valor relevante de déficit decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas no período. A receita arrecadada no período totalizou aproximadamente 8,73 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A Tabela 22 apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica. Cabe destacar que o percentual executado em relação à receita prevista (101,31%) foi praticamente igual à 100%, o que demonstra a precisão da atividade de previsão da receita.

Tabela 22 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas

Balanco Orçamentário	Previsão/Fixação(R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec.	AV
Receitas Correntes	8.058.578,00	8.276.128,59	102,70%	94,78%
Receitas de Capital	561.178,00	456.200,00	81,29%	5,22%
Total das Receitas	8.619.756,00	8.732.328,59	101,31%	100,00%
Despesas Correntes	1.710.574.662,00	1.730.904.922,03	101,19%	99,53%
Despesas de Capital	7.604.269,00	8.199.653,63	107,83%	0,47%
Total das Despesas	1.718.178.931,00	1.739.104.575,66	101,22%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-1.730.372.247,07		

Fonte: SIAFI.

7.2 Execução das Receitas

7.2.1 Receitas Correntes

O total de receitas arrecadadas durante o exercício de 2022 foi de R\$ 8.732.328,59. Aproximadamente 95% da receita arrecadada é de receitas correntes.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de Serviços de Hospedagem e Alimentação. Conforme pode ser observado na Tabela 23, as receitas deste tipo correspondem a aproximadamente 21% das receitas correntes arrecadas no exercício de 2022 e são provenientes do recebimento de taxas pela utilização do Restaurante Universitário.

A Tabela 23 apresenta o detalhamento das receitas arrecadadas no exercício de 2022 por tipo de arrecadação. Essa classificação é proveniente do código de recolhimento utilizado nas Guias de Recolhimento da União (GRU).

Tabela 23 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Tipo de arrecadação	Valor arrecadado no exercício de 2022 (R\$)	AV
1 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	1.753.606,60	21,19%
2 OUTROS RESSARCIMENTOS	1.615.534,93	19,52%
3 ALUGUÉIS	1.436.667,28	17,36%
4 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.299.293,47	15,70%
5 INTRA-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.127.893,69	13,63%
6 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	407.239,34	4,92%
7 TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	266.901,08	3,22%
8 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	181.294,48	2,19%
DEMAIS RECEITAS	187.697,72	2,27%
Total	8.276.128,59	100,00%

Fonte: SIAFI.

Quando se compara a receita prevista com a arrecada, o tipo de receita que apresentou melhor desempenho de arrecadação no exercício de 2022 foi a receita com Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (arrecadado 136,57% do valor previsto), em razão das receitas de Outros Ressarcimentos, que são decorrentes do pagamento pelas fundações de apoio credenciadas junto à UFC, de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da universidade. O ressarcimento em questão é disciplinado no Capítulo VI da [Resolução 14/CONSUNI, de 17 de novembro de 2022](#)).

7.2.2 Receitas de Capital

Durante o exercício de 2022 foram arrecadadas R\$ 456.200,00 de receitas de capital, o que representa aproximadamente 81% da receita de capital prevista para o exercício de 2022. Estas receitas são provenientes de leilões para alienação de bens móveis que são os eventos que proporcionam a arrecadação de receitas de capital na UFC.

7.3 Execução das Despesas

7.3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas no exercício de 2022 foi de R\$ 1.739.104.575,66 e se referem, em sua quase totalidade (99,53%), às despesas correntes.

A Tabela 24 relaciona, em ordem decrescente, o valor das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2022 por grupo de despesas e por natureza de despesa.

Tabela 24 - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado em 2022	AV
1		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	741.081.341,41	42,81%
2	PESSOAL	E APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	432.850.521,68	25,01%
3	ENCARGOS SOCIAIS	OBRIGACOES PATRONAIS - OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	160.766.929,32	9,29%
4		PENSOES	127.324.735,44	7,36%
5		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	66.442.533,76	3,84%
6		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	56.640.712,64	3,27%
7	OUTRAS DESPESAS	AUXÍLIO-ALIMENTACAO	28.486.364,70	1,65%
8	CORRENTES	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	27.256.286,86	1,57%
9		OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	24.675.200,65	1,43%
10	PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS	E CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	11.990.744,92	0,69%
Outras despesas			53.389.550,65	3,08%
Total			1.730.904.922,03	100,00%

Fonte: SIAFI.

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 84% do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2022.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele traz na coluna de despesas empenhadas todo o valor executado no órgão, seja relativo à dotação alocada na lei orçamentária para o próprio órgão ou recursos orçamentários de outros órgãos, que são dotações orçamentárias descentralizadas para UFC, em função da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins.

A Tabela 25 demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2022 por origem do orçamento:

Tabela 25 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento

Origem do Orçamento	Valor Empenhado em 2022	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.684.686.038,04	97,33%
MINISTERIO DA EDUCACAO	30.219.946,05	1,75%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	9.032.965,93	0,52%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2.716.099,25	0,16%
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	1.765.900,00	0,10%
DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	1.015.149,48	0,06%
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	700.000,00	0,04%
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	448.300,00	0,03%
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	127.740,00	0,01%
MINISTERIO DA CIDADANIA	95.818,90	0,01%
MINISTERIO DA SAUDE	48.744,23	0,00%
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	19.552,26	0,00%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	18.700,35	0,00%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	4.210,11	0,00%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	3.767,68	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.139,93	0,00%
INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	450,51	0,00%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	399,31	0,00%
Total	1.730.904.922,03	100,00%

Fonte: SIAFI.

Por outro lado, podem existir valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento da UFC, mas quando empenhados não são somados às despesas empenhadas por serem executadas por outros órgãos. Os valores do orçamento da UFC empenhados por outros órgãos durante o exercício de 2022 são apresentados na Tabela 26. A maior parcela do orçamento da UFC executado por outros órgãos é referente a precatórios, cuja execução orçamentária é de responsabilidade da Justiça Federal. O valor executado pela EBSEH refere-se ao pagamento, pela EBSEH, de despesas com refeições de estudantes da UFC. Os demais valores são referentes ao pagamento de Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (GECC), devida aos servidores de outros órgãos pela prestação de serviço à UFC.

Tabela 26 - Despesas correntes empenhadas por outros órgãos

Orgão Executor	Natureza de Despesa Detalhada	Valor Empenhado em 2022	AV
JUSTICA FEDERAL	PRECATORIOS - ATIVO CIVIL	4.357.131,95	51,50%
	PRECATORIOS - INATIVO CIVIL	2.701.087,78	31,93%
	PRECATORIOS - INATIVOS MILITAR	691.677,56	8,18%
	PRECATORIOS JUDICIAIS DE NATUREZA ALIMENTICIA	172.177,32	2,04%
	HONORARIOS SUCUMBENCIAIS DE PRECATORIOS	143.024,58	1,69%
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES (EBSEH)	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	389.229,53	4,60%
UNIV.DA INTEG.INTERN. DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO – GECC	3.597,52	0,04%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO – GECC	2.798,52	0,03%
Total		8.460.724,76	100,00%

Fonte: SIAFI.

7.3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das despesas de capital no exercício de 2022 corresponde a 107,83% do total da dotação anual. A Tabela 27 detalha os valores empenhados referente a despesas de capital por origem do orçamento e natureza de despesa. Durante o exercício de 2022 foram empenhados valores referentes a aquisição de equipamentos e material permanente e obras e instalações, adquiridos com o orçamento da própria UFC e equipamentos e material permanente adquiridos com orçamento do FNDE.

Tabela 27 - Execução de despesas de capital

Origem do Orçamento	Natureza de despesa			Valor empenhado em 2022(R\$)	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	OBRAS E INSTALACOES			5.218.196,19	63,64%
	EQUIPAMENTOS PERMANENTE	E	MATERIAL	2.385.805,58	29,10%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	EQUIPAMENTOS PERMANENTE	E	MATERIAL	595.651,86	7,26%
TOTAL				8.199.653,63	100,00%

Fonte: SIAFI

7.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

7.4.1 Execução de Restos a Pagar não Processados

A UFC possui em sua execução orçamentária de restos a pagar, empenhos custeados com dotações orçamentárias próprias e dotações de outros órgãos. Essas últimas dotações são provenientes de TEDs e instrumentos afins. A Tabela 28 apresenta o detalhamento dos restos a pagar inscritos, que é o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2022, referente a empenhos de 2021 e de exercícios anteriores, e os valores ainda não liquidados, ou seja, o estoque de restos a pagar em 31/12/2022.

Tabela 28 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

Órgão superior da UO	Unidade Orçamentária (UO)	Total Inscrito em 2021 e exercícios anteriores	RPNP a Liquidar em 31/12/2022	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	24.994.222,38	3.266.716,84	27,13%
	MINISTERIO DA EDUCACAO	10.707.554,27	4.984.143,88	41,40%
	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2.034.693,11	778.022,12	6,46%
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	742,66	742,66	0,01%
	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	7.663.687,90	403.579,84	3,35%
	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	1.529,00	1.529,00	0,01%
MINISTERIO DA SAUDE	MINISTERIO DA SAUDE	4.024.280,34	1.948.686,08	16,19%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	829.512,48	461.026,13	3,83%
	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	552.185,81	1.040,00	0,01%

MINISTERIO DA CIDADANIA	MINISTERIO DA CIDADANIA	420.399,69	130.634,29	1,09%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	273.855,00	0,00	0,00%
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	159.632,00	1.760,00	0,01%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	61.957,48	61.957,48	0,51%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	13.500,00	0,00	0,00%
MINISTERIO DA ECONOMIA	MINISTERIO DA ECONOMIA	91.680,00	0,00	0,00%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	5.576.155,34	0,00	0,00%
TOTAL		57.405.587,46	12.039.838,32	100,00%

Fonte: SIAFI.

Quanto ao estoque de Restos a Pagar ao final do exercício de 2022, apresentado na Tabela 28, 27,13% é oriundo de dotações pertencentes ao orçamento da própria UFC, vinculada ao MEC.

O Ministério da Educação é a unidade orçamentária de origem dos recursos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados com valor maior representatividade (41,40%). A Tabela 29 apresenta o detalhamento por natureza de despesas dos valores inscritos e o saldo em RPNP referente aos recursos do Ministério da Educação (MEC).

Tabela 29 - RPNP origem do orçamento MEC

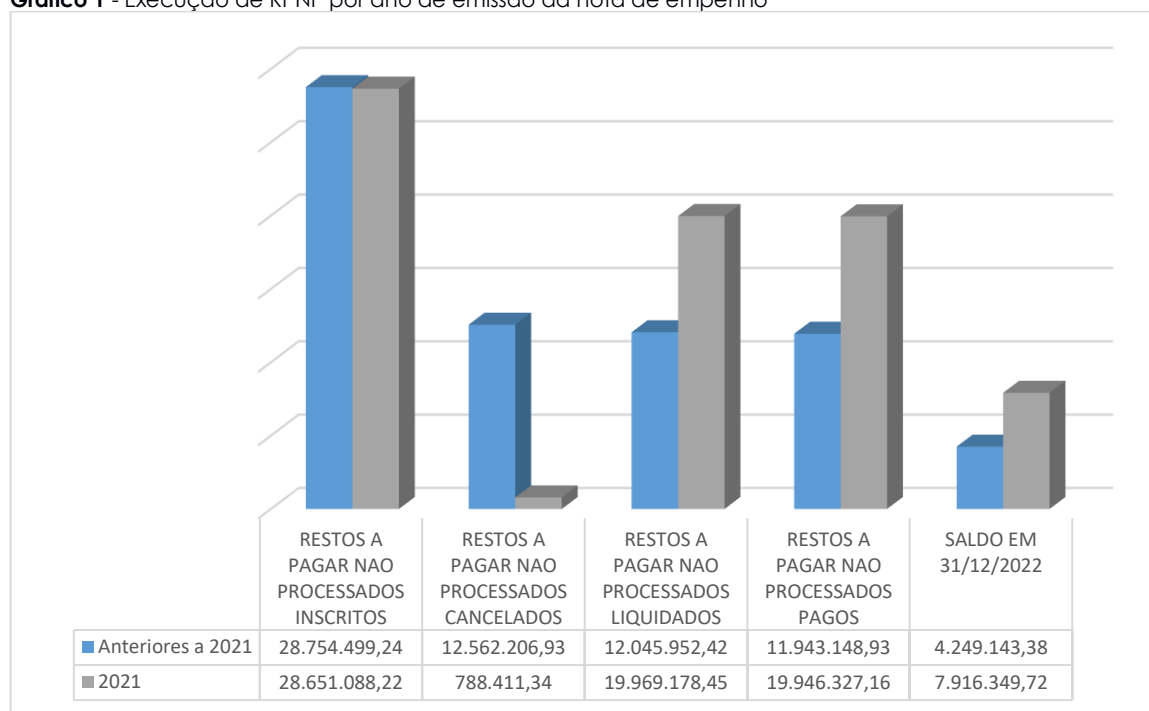
Unidade Orçamentária (UO)	Total Inscrito em 2021 e exercícios anteriores	RPNP a Liquidar em 31/12/2022	AV
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.757.296,58	2.577.224,82	51,71%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.001.364,40	0,00	0,00%
OBRAS E INSTALACOES	1.831.857,69	1.452.919,06	29,15%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA (INVESTIMENTO)	954.000,00	954.000,00	19,14%
MATERIAL, BEM OU SERVICIO P/ DISTRIB. GRATUITA	150.974,80	0,00	0,00%
MATERIAL DE CONSUMO	12.060,80	0,00	0,00%
TOTAL	10.707.554,27	4.984.143,88	100,00%

Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 29, a maior parte dos RPNP custeados com recursos orçamentários do MEC, são referentes a empenhos cuja natureza de despesa é Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Isto se justifica porque, usualmente, os recursos descentralizados para UFC por meio de TED's são utilizados na celebração de contratos com as fundações de apoio. Os empenhos referentes aos contratos com fundações de apoio são emitidos na referida natureza de despesa.

O Gráfico 1 traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2022, segregando-se os valores empenhados no exercício de 2021 e em exercícios anteriores.

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da nota de empenho



Fonte: Elaborado com base em dados obtidos no Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2022 era composto por um volume ligeiramente maior de empenhos inscritos em exercícios anteriores a 2021, totalizando aproximadamente 28,7 milhões, o que é equivalente a 50,10% do estoque total de RPNP no início do exercício de 2022. Durante o exercício de 2022 foram efetuados pagamentos de RPNP no valor de aproximadamente 31,9 milhões, deste valor, cerca de 19,9 milhões se referente a empenhos de 2021.

Ao final do exercício de 2022 o estoque a pagar de RPNP totalizou aproximadamente 12,2 milhões, o que demonstra uma redução de 78,8% em relação ao estoque no início do exercício de 2022.

Na Tabela 30 são apresentados os valores dos restos a pagar por unidade gestora executora.

Tabela 30 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora

UG Executora	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2022	AV
Universidade Federal do Ceará	56.733.246,90	31.910.697,95	31.785.043,17	13.280.363,14	11.667.840,59	95,91%
Hospital Universitário Walter Cantídio	656.149,38	95.285,01	95.285,01	66.141,98	494.722,39	4,07%
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	16.191,18	9.147,91	9.147,91	4.113,15	2.930,12	0,02%
Total	57.405.587,46	32.015.130,87	31.889.476,09	13.350.618,27	12.165.493,10	100,00%

Fonte: SIAFI.

Conforme Tabela 30, temos que, a unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pela execução da maior parte dos valores inscritos em restos a pagar,

apresentando, ao final do ano de 2022, o saldo equivalente a 95,91% da soma das três unidades gestoras. Cabe acrescentar que nos valores da Tabela 30 estão os restos a pagar referentes aos recursos oriundos do orçamento da UFC e de outros órgãos.

A Tabela 31 mostra a composição dos restos a pagar na UFC por Grupo de Despesa. Constata-se que o grupo de despesa com maior saldo de restos a pagar ao final do exercício de 2022 é o grupo Outras Despesas Correntes (75,21%).

Tabela 31 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2022	AV
Outras Despesas Correntes	46.285.548,19	25.862.832,44	25.839.981,15	11.296.344,69	9.149.222,35	75,21%
Investimentos	10.848.366,29	6.144.537,83	6.041.734,34	1.790.361,20	3.016.270,75	24,79%
Pessoal e Encargos Sociais	271.672,98	7.760,60	7.760,60	263.912,38	0,00	0,00%
TOTAL	57.405.587,46	32.015.130,87	31.889.476,09	13.350.618,27	12.165.493,10	100,00%

Fonte: SIAFI.

7.4.2 Execução de Restos a Pagar Processados

Os empenhos inscritos em restos a pagar que já passaram pela fase de liquidação, são chamados Restos a Pagar Processados (RPP). Conforme Tabela 32, os RPP do órgão totalizavam aproximadamente 103 milhões no início do exercício de 2022. Estes valores são, basicamente, referentes a folha de pagamento de pessoal de dezembro/2021, que foi liquidada no final do exercício de 2021 e paga no primeiro dia útil de 2022, extinguindo-se a obrigação. Durante o exercício de 2022, somente 1,02% (1,053 milhões) dos RPP não foram pagos.

Tabela 32 - RPNP por elemento de despesas

UG Executora	Grupo Despesa		Total de RPP no início exercício 2022	do RPP de Cancelados	RPP Pagos	RPP a pagar
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	OUTRAS CORRENTES	DESPESAS	1.637.514,35	6.883,31	1.623.741,21	6.889,83
	PESSOAL E SOCIAIS	ENCARGOS	8.381.962,66	0,00	8.381.962,66	0,00
MATERNIDADE ESCOLA CHATEAUBRIAND	OUTRAS CORRENTES	DESPESAS	209.530,84	0	209.530,84	0
	PESSOAL E SOCIAIS	ENCARGOS	4.271.861,48	0	4.271.861,48	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	INVESTIMENTOS		1.165.642,85	0	394.580,28	771.062,57
	OUTRAS CORRENTES	DESPESAS	6.301.739,96	20.446,00	6.006.099,39	275.194,57
	PESSOAL E SOCIAIS	ENCARGOS	81.235.265,36	0	81.235.265,36	0,00
TOTAL			103.203.517,50	27.329,31	102.123.041,22	1.053.146,97

Fonte: SIAFI.

8 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2022 na DVP apresentou-se superavitário em R\$ 423.727.768,57. Ao final do exercício de 2021, o resultado patrimonial foi deficitário em R\$ -7.196.292,77. Assim, comparando os resultados dos dois períodos, pode-se perceber que ocorreu uma variação relevante entre os dois exercícios. A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP, que contribuíram para a o resultado patrimonial do exercício de 2022, dos quais destaca-se o registro de variações patrimoniais aumentativas em razão da atualização do valor de bens imóveis, que impactou, substantivamente, o resultado patrimonial do exercício.

8.1 VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as VPAs mais representativas, sendo responsáveis por aproximadamente 79% do total acumulado de VPAs durante o exercício de 2022. Essas variações são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do MEC para pagamento de despesas do exercício vigente e de exercícios anteriores (inscritas em restos a pagar). Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes a estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta Limite de Saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

8.2 VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Reavaliação de Ativos

Durante o exercício de 2022 foram registradas VPAs decorrentes de reavaliação de ativos em valores substancialmente superiores ao registrados em 2021. Isto ocorreu em razão do registro de atualização dos valores dos bens imóveis da UFC, feito com base em

índice de inflação. Importante mencionar que o SPIUNET (Sistema Utilizado para controle de bens imóveis no âmbito do Governo Federal) tem como padrão registrar as reavaliações de imóveis em contrapartida de contas de VPA, para os casos em que se tem uma reavaliação positiva. No entanto, o registro adequado seria em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido), conforme disposto no [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\) 9ª Edição](#) – Item 11.4.1:

Em consonância com o previsto nas normas brasileiras de contabilidade do setor público, se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação.

O fato do valor da contrapartida do aumento do valor do ativo, por atualização dos valores dos bens imóveis, não ter sido realizada em contrapartida de conta de Reserva de Reavaliação, e sim de VPA, foi apontado como restrição contábil na conformidade contábil, conforme DECLARAÇÃO DO CONTADOR.

8.3 VPA - Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas

As VPA's desse grupo apresentaram, ao final do exercício de 2022, valores 1933,06% superiores ao mesmo período de 2021. Durante o ano de 2022 houve a baixa de alguns valores de créditos a receber e, por consequência, a redução do valor da provisão para perdas associada aos referidos créditos. A contrapartida do registro das VPAs deste tipo é a redução do valor da provisão para perdas, conta redutora do ativo. Os valores detalhados das provisões para perdas de créditos a receber é apresentado no item 6.12.

8.4 VPA - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Este grupo de VPA's apresentou, ao final do exercício de 2022, valores 93,38% superiores ao mesmo período de 2021. Durante o ano de 2022 houve uma arrecadação maior de receitas próprias, quando comparado ao mesmo período de 2021, o que ocorreu, principalmente, por conta da arrecadação de taxas do restaurante universitário, que reabriu com a retomada das atividades acadêmicas presenciais. Os valores detalhados da execução de receitas próprias podem ser consultados por meio do item 7.2.1.

8.5 VPD - Pessoal e Encargos

Esse grupo de VPDs representa 45,78% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2022. Dentro do grupo de Pessoal e Encargos, o item mais

relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a folha de pagamento de pessoal ativo. Os valores do grupo Pessoal e Encargos apresentaram uma redução de 1,64% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2022 com o mesmo período de 2021.

8.6 VPD - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 28,07% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2022. Nesse grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo. Os valores desse grupo apresentaram uma redução de 0,52% quando se compara o saldo acumulado ao final do exercício de 2022 com o mesmo período de 2021.

8.7 VPD - Uso de Material de Consumo

As Variações Patrimoniais desse grupo apresentaram valores 74,79% menores no exercício de 2022, quando comparado ao mesmo período de 2021. Em 2021 foi registrado um consumo maior de material em razão da distribuição de medicamentos no âmbito do Hospital Universitário, que totalizou R\$ 12.384.046,48. Em 2022 não houve registro semelhante de consumo de material. O registro de consumo de material tem como contrapartida, a baixa dos valores de estoques de material de consumo, registrado no ativo.

8.8 VPD – Depreciação, Amortização e Exaustão

As Variações Patrimoniais desse grupo apresentaram valores 28,62% superiores aos valores registrados em 2021. Não houve registro de depreciação dos bens móveis da unidade gestora UFC nos meses de setembro, outubro e novembro de 2002, o que motivou o registro de restrição contábil na DECLARAÇÃO DO CONTADOR e um registro a menor de VPD, em 2022, de aproximadamente R\$ 3,099 milhões (3 x o valor médio da depreciação registrada nos meses anteriores de 2022). Por outro lado, em 2022 houve um registro maior de depreciação de bens imóveis na UFC, bem como de bens móveis nas unidades gestoras do HU e da MEAC, conforme apresentado na Tabela 33.

Tabela 33 - Depreciação e amortização por UG executora

Conta contábil	Depreciação de bens móveis		Depreciação de bens imóveis		Amortização de intangível	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
UG Executora						
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	2.884.900,71					
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	1.572.936,04					
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	9.331.491,91	13.284.253,24	4.530.008,42	951.122,14	2.689,98	9.499,81

Fonte: SIAFI.

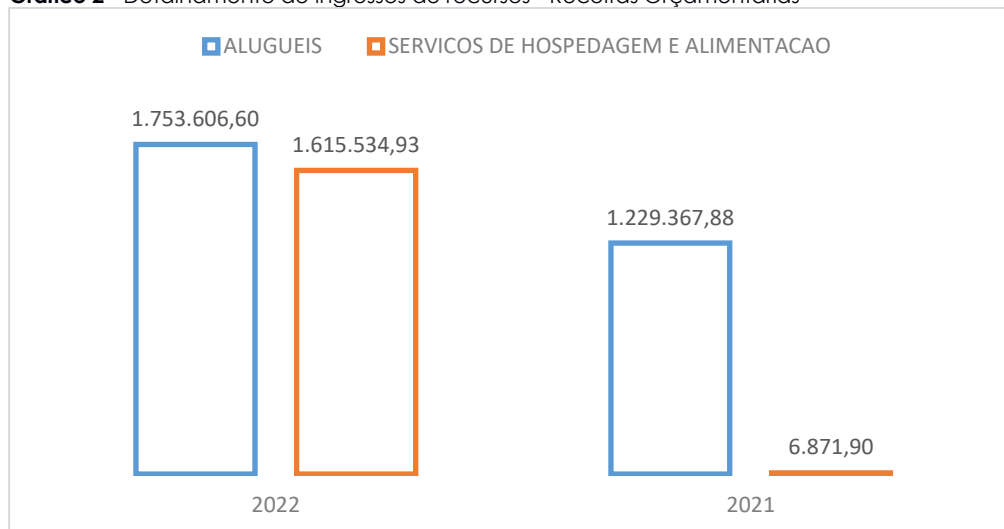
9 NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) do exercício de 2022.

9.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício de 2022 totalizaram R\$ 8.732.328,59, que correspondem à 0,39% do total dos ingressos da UFC nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (receitas próprias) evidencia que a UFC é mantida basicamente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior (MEC). Apesar da pequena participação de receitas no total dos ingressos, importa destacar que houve um incremento deste tipo de ingresso de recursos no exercício de 2022, quando comparado ao exercício anterior. A retomada das aulas presenciais em 2022 ocasionou a retomada da arrecadação de receitas de taxas pela utilização do restaurante universitário e incremento de receitas de aluguéis, conforme pode ser observado no Gráfico 2

Gráfico 2 - Detalhamento de ingressos de recursos - Receitas Orçamentárias



Fonte: SIAFI.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os ingressos desse grupo correspondem aos ingressos de receitas derivadas e originárias, do fluxo de caixa das operações somados aos ingressos de alienação de bens no fluxo de caixa das atividades de investimento. Por sua vez, no Balanço Orçamentário, os valores arrecadados no período são apresentados no quadro das receitas.

9.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas pelo órgão durante o exercício de 2022 foi de R\$ 1.972.121.669,29 que representa o repasse recebido do MEC e de órgãos vinculados a outros ministérios.

A Tabela 34 detalha os repasses financeiros recebidos por ministério de origem dos recursos. Nota-se que a quase totalidade dos recursos financeiros recebidos pelo órgão no exercício de 2022 é oriunda do Ministério da Educação. Esses recursos são utilizados no pagamento das despesas custeadas com fonte de recursos arrecadados pelo tesouro nacional. Os recursos financeiros recebidos de outros ministérios são referentes aos repasses vinculados à TEDs.

Os sub-repasses concedidos pela unidade gestora da UFC às unidades do Hospital Universitário e Maternidade Escola totalizaram R\$ 229.062.235,47.

Também se inclui nas transferências financeiras recebidas, aquelas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 41.860.381,24; movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal, no valor de R\$ 1.653.122,55 e demais transferências financeiras, no valor de R\$ 4.592,30.

Esse grupo corresponde, na Demonstração de Fluxo de Caixa, às transferências financeiras recebidas que fazem parte dos ingressos do fluxo de caixa das atividades das operações.

Tabela 34 - Repasses recebidos durante o exercício de 2022

Ministério de origem dos recursos	Valor recebido	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.965.395.763,23	99,66%
MINISTERIO DA SAUDE	2.930.365,26	0,15%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.775.240,66	0,14%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	321.275,30	0,02%
MINISTERIO DA CIDADANIA	249.386,19	0,01%
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	157.872,00	0,01%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	148.334,04	0,01%
MINISTERIO DA FAZENDA	129.932,61	0,01%
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA – MAPA	13.500,00	0,00%
Total dos repasses recebidos	1.972.121.669,29	100,00%

Fonte: SIAFI.

9.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 139.111.756,31, correspondem à 6,25% do total dos ingressos do órgão, sendo o maior montante (106.918.535,96) referente aos valores do item Inscrição dos Restos a Pagar Processados, que são despesas que cumpriram em 2022 as duas primeiras fases de execução da despesa (empenho e liquidação), mas o pagamento ocorreu/ocorrerá no exercício seguinte. A parte mais representativa desses valores inscritos em restos a pagar processados, refere-se à folha de pagamento de pessoal do mês de dezembro, que foi paga no primeiro dia útil de janeiro/2023.

Outro valor relevante neste grupo se refere à Inscrição dos Restos a Pagar não Processados, que são despesas empenhadas a liquidar ao final do exercício de 2022(cumpriram apenas a primeira fase da execução da despesa pública). No momento do

encerramento do exercício de 2022, foram inscritos em restos a pagar não processados empenhos no valor total de R\$ 28.754.483,85.

O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária ", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

9.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias

Os dispêndios referentes às despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.739.104.575,66, correspondem a 78,08% do total dos dispêndios do órgão, sendo 50,37% referente a despesas ordinárias e 27,71% referente às despesas vinculadas.

A classificação das despesas orçamentárias em ordinárias e vinculadas é feita de acordo com a fonte de recursos utilizada no empenho. A Tabela 35 apresenta os valores das despesas orçamentárias no exercício de 2022 por tipo de despesas (vinculada ou ordinária) e por fonte de recursos.

O Manual Técnico do Orçamento (MTO 2022), disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2022:cap3>, conceitua receitas ordinárias e vinculadas da seguinte forma:

Destinação vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica - e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.

Destinação não vinculada (ou ordinária): é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.

Tabela 35 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos

Tipo de despesas	Fonte de Recursos	Dispêndios durante o exercício de 2022	AV %
ORDINÁRIAS	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	1.121.566.860,51	64,49%
	SUBTOTAL	1.121.566.860,51	64,49%
VINCULADAS	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	565.800.392,19	32,53%
	COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR., GAS NAT.E OUTROS	30.006.024,40	1,73%
	CONTRIBUICAO DO SALÁRIO-EDUCACAO	9.628.617,79	0,55%
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	8.664.159,88	0,50%
	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	1.765.900,00	0,10%
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	601.008,00	0,03%
	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	399.917,76	0,02%
	REC.PROP. DECOR.ALIEN. BENS E DIR.DO PATR.PUB.	399.392,00	0,02%
	TX.MUL.PODER POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD.	127.740,00	0,01%
	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	95.818,90	0,01%
	REC.DEST. ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	48.744,23	0,00%
	SUBTOTAL	617.537.715,15	35,51%

Total	1.739.104.575,66	100,00%
--------------	-------------------------	----------------

Fonte: SIAFI.

9.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2022 foi de R\$ 240.113.303,29, que corresponde a 10,78% do total dos dispêndios. Os valores registrados nesse grupo referem-se à: repasse concedido à Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), referente ao pagamento de serviços prestados à UFC por servidor da UFDPAr, no valor de R\$ 2.798,52; repasse concedido à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), referente ao pagamento de refeições servidas aos alunos da UFC, por empresa contratada pela EBSERH; contrapartida de sub-repasse concedido pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola no montante de R\$ 229.062.235,47; transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, no total de R\$ 8.528.237,27; movimento de saldos patrimoniais no valor de R\$ 2.140.369,52. Este último item refere-se, sobretudo, à movimentação de devolução de créditos de folha de pagamento e devolução de auxílio financeiro ao estudante, que são inicialmente arrecadados pela UFC, mas repassados para o Tesouro Nacional, por se tratar de devolução de despesas custeadas com fonte de recursos do Tesouro Nacional.

O item Demais Transferências Concedidas, no valor de R\$ 61.744,06, representa os valores de devoluções de recursos financeiros não utilizados, oriundos da celebração de TEDs com outros órgãos do governo federal.

9.6 DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentárias

Os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 135.284.782,83 correspondem à 6,07% do total dos dispêndios do órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de restos a pagar processados, que totalizou R\$ 102.123.041,22 durante o exercício de 2022. Este montante é decorrente, sobretudo, do pagamento da folha de pessoal de dezembro/2021, inscrita como restos a pagar processados (liquidada em dezembro/2021), que ocorreu no primeiro dia útil de 2022.

10 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2022.

10.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Ingressos – Receitas de Serviços

Os ingressos desse grupo tiveram um acréscimo de aproximadamente 129%, quando se compara o exercício de 2022 com o de 2021. Em 2022 ocorreu a retomada das aulas presenciais o que ocasionou a retomada da arrecadação de valores de receitas de taxas pela utilização do restaurante universitário, conforme apresentado no item 9.1.

As NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO também apresenta informações acerca do desempenho da arrecadação de receitas.

10.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras representam quase a totalidade (99,41%) dos ingressos de recursos financeiros no exercício de 2022. A seguir são detalhados os componentes mais relevantes do grupo Transferências Financeiras Recebidas.

O montante R\$ 1.699.541.337,73 refere-se aos repasses recebidos, que são recursos recebidos por meio de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual.

Compõe também esse grupo de ingresso, o valor de R\$ 41.860.381,24 recebido para pagamento de restos a pagar.

Embora seja referente a movimentações financeiras entre unidades gestoras do órgão, o valor de R\$ 229.062.235,47 de recursos financeiros transferidos da unidade gestora da UFC para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, também compõe o total das transferências financeiras recebidas, conforme citado no item de Ingressos: Transferências Financeiras Recebidas da Nota Explicativa do Balanço Financeiro.

10.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde a 50,05% do total dos dispêndios realizados ao longo do exercício de 2022. Isso se explica por se tratar de uma instituição de ensino.

Nessa função de governo, os dispêndios do grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais totalizam R\$ 555.508.491,63 (706.874.838,56 referentes à execução do orçamento de 2022 e 50.346.494,46 referentes ao pagamento de restos a pagar). Já as despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$ 228.654.044,68, sendo R\$ 199.851.778,27 referentes à execução do orçamento de 2022 e R\$ 28.802.266,41 referentes ao pagamento de restos a pagar.

Cabe ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação Aplicações Diretas - Operações Internas, que são pagamentos intraorçamentários do governo federal, são contabilizados como transferências intragovernamentais concedidas, por se tratar de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

10.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios no valor de R\$ 569.616.004,56 no exercício de 2022, que representa 28,92% do total dos dispêndios. Os dispêndios dessa natureza são relacionados aos pagamentos de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais.

10.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

São registrados nesse grupo os desembolsos feitos para outros órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Dentro desse grupo, o item mais relevante, no valor total de R\$ 160.087.214,85, é o pagamento da obrigação patronal do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos federais (PSS – Patronal).

10.6 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Este grupo representa o total dos dispêndios relacionados as atividades de investimento feitos durante o exercício de 2022. Neste período os valores desembolsados foram referentes à aquisição de equipamentos e material permanente no valor de R\$ 4.659.936,48 e obras e instalações no valor de R\$ 4.294.519,72.

A maior parte dos dispêndios para aquisição de ativos não circulantes (aproximadamente 72%) refere-se a empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, Conforme Tabela 36.

Tabela 36 - Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Natureza da Despesa	Ano de emissão do empenho	Valor	Percentual
OBRAS E INSTALACOES	Anteriores a 2022	2.936.445,21	32,79%
	2022	1.358.074,51	15,17%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Anteriores a 2022	3.499.869,41	39,09%
	2022	1.160.067,07	12,96%
Total		8.954.456,20	100,00%

Fonte: SIAFI